

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Largada para a CPMI
será dada amanhã

Sessão foi adiada no dia 18 por atuação de governistas, mas agora Planalto apoia apuração

» LUANA PATRIOLINO

O requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Antidemocráticos deve ser lido amanhã, durante sessão do Congresso. Segundo o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), as configurações de blocos e lideranças partidárias na Câmara e no Senado farão com que a base governista consiga maioria no colegiado.

A CPMI contará com a participação de 15 deputados, 15 senadores e igual número de suplentes, que terão 180 dias para concluir as investigações. A primeira sessão para a leitura do requerimento chegou a ser marcada para 18 de abril. No entanto, acabou adiada a pedido de governistas e sob o protesto de opositoristas.

A instauração ganhou força novamente após a divulgação das gravações do ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) Marco Edson Gonçalves Dias no Palácio do Planalto no 8 de janeiro. Em imagens do circuito interno, o general aparece orientando os extremistas que invadiram e depredaram o prédio.

Para o senador Magno Malta (PL-CE), o governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem responsabilidade sobre a escalada da violência dos bolsonaristas que destruíram as sedes dos Três Poderes. "O atual e ex-ministros do GSI, (Ricardo) Cappelli e G.Dias, devem explicar qual é a relação disso com o governo Bolsonaro. Eles estão tentando fugir da responsabilidade. Vazaram informações que eram do seu interesse e tentaram manter o resto em sigilo", acusou o parlamentar via redes sociais.

Líder

A deputada federal Fernanda Melchionna (PSol-RS) destacou que a comissão deve chegar aos financiadores e aos principais estimuladores dos atos criminosos. "Lutaremos para que a CPMI dos atos golpistas do 8 de janeiro investigue todos os que participaram, financiaram, estimularam a tentativa fracassada de golpe",

Waldemir Barreto/Agência Senado



O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, assegurou, na semana passada, que requerimento será lido

enfatizou. "Há, inclusive, muitos deputados que deveriam estar nessa comissão na condição de investigados por terem estimulado os atos criminosos. Se a CPMI for séria, vai ajudar a chegar ao líder dos golpistas, que é (Jair) Bolsonaro", disse ao **Correio**.

Já o senador e ex-vice-presidente Hamilton Mourão (Republicanos-RS) afirmou não ver motivos para que o ex-presidente seja ouvido pelo colegiado. Segundo o general, a comissão precisa ser conduzida "sem aquele clima de oba-oba, sem aquele clima de circo, sem aquele clima de bate-boca".

"Independentemente do Planalto, do STF (Supremo Tribunal Federal), que foi invadido, o Congresso e as duas casas foram invadidas. Esse é o grande argumento para instalação dessa comissão mista. Não vejo razão para chamar o presidente Bolsonaro, que no próprio inquérito que vem sendo conduzido no STF não foi chamado em nenhum momento. Estava fora do país", alegou Mourão, em entrevista à CNN. (Colaboração Ingrid Soares)

Oitiva de Torres é adiada

» VÍCTOR CORREIA

A Polícia Federal adiou o depoimento que o ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres prestaria à corporação ontem. A decisão ocorreu a pedido da defesa, que apontou piora no estado mental e cognitivo do ex-ministro da Justiça, que completou 100 dias preso. Uma nova data será marcada.

O pedido dos advogados foi acatado pelo delegado Flávio Reis, que lidera o inquérito sobre operações feitas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no segundo turno das eleições.

No requerimento, a defesa argumenta que o estado mental de Torres "sofreu uma drástica piora" após o ex-secretário saber que seu pedido de revogação da prisão preventiva foi negado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada.

O Ministério Público Federal havia se manifestado favoravelmente à revogação da prisão.

Moraes, porém, argumentou que Torres "suprimiu das investigações a possibilidade de acesso ao seu telefone celular" e só forneceu as senhas de seu e-mail pessoal após 100 dias dos ataques golpistas.

A defesa frisa ainda que um psiquiatra da Secretaria de Saúde do DF avaliou Torres no sábado, atestando sua impossibilidade de "comparecer a qualquer audiência no momento por questões médicas (ajuste medicamentoso)", durante uma semana", segundo a própria secretaria.

Torres foi preso por suspeita de omissão nos ataques golpistas. Além disso, a investigação da PF apontou a participação dele nas operações feitas pela PRF, em 30 de outubro, para impedir que eleitores do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva chegassem às seções de votação.

Amanhã, está previsto o depoimento à PF do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ele será ouvido no inquérito que apura as invasões às sedes dos Três Poderes.

Cappelli acelera trocas no GSI

» INGRID SOARES

O ministro interino do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Ricardo Cappelli, afirmou, ontem, que foi orientado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva a acelerar a troca de servidores que prestam serviço no órgão desde o governo Bolsonaro.

"Há uma determinação do presidente para que a gente acelere a renovação dos quadros funcionais, o que é natural. Em paralelo, estamos reunindo informações sobre funções e atribuições do GSI para que o presidente possa tomar decisões sobre a manutenção da atual estrutura, eventuais mudanças, na sua volta ao Brasil", disse, após reunião com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Cappelli informou, também, que "já foram substituídos 35% dos servidores que trabalhavam no GSI". "Isso é absolutamente natural. Quando há troca de governo, é natural que se troque a maior parte do quadro funcional, faz parte da normalidade, e a gente vai acelerar esse processo", emendou.

Ele destacou que tem feito um levantamento sobre a atuação da pasta para apresentar a Lula. "É um esforço para coletar dados e informações importantes para que se possa apresentar o

Reprodução/Twitter



Cappelli se reuniu com Moraes para tratar dos documentos sobre os atos golpistas enviados ao Supremo

melhor raio x possível ao presidente da República na sua volta ao Brasil", frisou.

Sobre a sindicância iniciada para apurar a participação de servidores do GSI que estavam no Palácio do Planalto no dia dos ataques golpistas de 8 de janeiro, Cappelli disse que

o resultado será antecipado. O prazo final é 30 de maio.

"O GSI é um órgão de Estado. Se, eventualmente, alguns servidores cometeram desvios funcionais, os desvios serão apurados. Determinei a antecipação do resultado final da sindicância. Em paralelo, há inquérito

na PF (Polícia Federal) e no STF apurando a conduta de todos, servidores civis e militares", acrescentou.

O ministro afirmou ainda que as informações servirão para uma avaliação a respeito do formato e de uma possível continuidade ou não do GSI.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Lula precisa rever suas prioridades diplomáticas

É mais ou menos um consenso na diplomacia a necessidade de compatibilidade entre a política externa e a política interna. Por exemplo, a entrega do Prêmio Camões ao compositor Chico Buarque, ontem, em Lisboa, pelo presidente Luiz Inácio da Silva, está em sincronia perfeita com o momento da política cultural brasileira, de valorização dos nossos artistas e da temática democrática, progressista e popular, que sempre foi uma característica do nosso cancionário.

Chico resumiu o mosaico nacional inspirado nos versos de *Paratodos*, uma de suas músicas: "O meu pai era paulista, meu avô pernambucano, meu bisavô mineiro e meu tataravô baiano. Tenho antepassados negros e indígenas, cujos nomes meus antepassados brancos trataram de suprimir da história familiar. Como a imensa maioria do povo brasileiro, trago nas veias o sangue do açoiteado e do açoiteador, o que ajuda a nos explicar um pouco". Ao registrar que o Prêmio Camões levou quatro anos para lhe ser entregue, registrou com ironia a grande mudança política na vida nacional:

"Quatro anos com uma pandemia no meio davam, às vezes, a impressão de que um tempo bem mais longo havia transcorrido. No que se refere ao meu país, quatro anos de governo funesto duraram uma eternidade, porque foi um tempo em que o tempo parecia andar para trás. Aquele governo foi derrotado nas urnas, mas nem por isso podemos nos distrair, pois a ameaça fascista persiste, no Brasil e por toda parte. Hoje, porém, nessa tarde de celebração, reconforta-me lembrar que o ex-presidente teve a rara fineza de não sujar o diploma do meu Prêmio Camões, deixando seu espaço em branco para assinatura do nosso presidente Lula".

Entretanto, não se pode dizer que a prioridade diplomática do presidente Lula esteja em sintonia absoluta com a política interna, a não ser que pretenda dar uma guinada à esquerda no seu governo, como já estão afirmando seus adversários, da extrema direita à centro-esquerda. A forma como Lula se engajou e priorizou a guerra da Ucrânia na nossa política externa está favorecendo a formação de uma frente ampla de oposição, ao contrário do que ocorreu no segundo turno da eleição, quando obteve o apoio das forças de centro.

O erro de conceito é tratar como iguais a Rússia e a Ucrânia. Foi o que revelaram suas declarações em Pequim, Dubai e, ao receber o chanceler russo Serguei Lavrov, em Brasília. O preço político desse equívoco diplomático está sendo muito alto. Por mais que no encontro com o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, Lula tenha retoricamente se reposicionado. Talvez o erro seja até estrategicamente mais grave: tratar a guerra da Ucrânia como prioridade, e não, como deveria ser, a questão ambiental. Na diplomacia presidencial, Lula perdeu a dimensão de que a questão da Amazônia é tão importante ou mais até do que a guerra da Ucrânia para a sobrevivência da humanidade.

O ex-presidente Jair Bolsonaro se tornou um "pária internacional" sobretudo por não compreender que seu apoio ao garimpo ilegal, ao contrabando de madeira e ao genocídio de ianomâmis catalisou a opinião pública mundial contra a sua gestão, vista como uma ameaça pela maioria dos governos do Ocidente, mais até do que sua aproximação com Putin, cujo regime iliberal lhe servia de espelho. A vitória de Lula reabriu todas as portas do Ocidente para o Brasil, porque foi compreendida como uma afirmação da democracia e o passo inicial para salvar a Amazônia e, com isso, conter drasticamente a velocidade do aquecimento global.

A posição do Brasil

A vocação natural do Brasil na divisão internacional do trabalho é a produção de commodities agrícolas e de minérios, inclusive semicondutores. Nos dois casos, como provedores de insumos básicos, isso nos insere por gravidade no mundo das novas tecnologias. Ao mesmo tempo, podemos recuperar nossa complexidade industrial com a produção de fármacos e eletrônicos, nos inserindo na reestruturação das cadeias globais de valor. Para isso, não podemos nos desconectar do Ocidente, principalmente dos Estados Unidos e da União Europeia. A China será cada vez mais o nosso maior parceiro comercial, mas, ao mesmo tempo, está engolindo o mercado interno e externo das nossas indústrias.

A hegemonia das relações comerciais entre Ocidente e Oriente é disputada pelos Estados Unidos e a China. Isso nos coloca diante das seguintes perguntas: qual é o grau de prioridade das nossas relações com o Mercosul e a União Europeia? Como administrar a complexidade da nossa participação nos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), novo eixo das relações entre a Ásia, a África e a América do Sul? Não podemos pôr tudo a perder por causa da guerra da Ucrânia. Empunhar a bandeira da paz não deve ser um reposicionamento estratégico do Brasil no mundo. Isso mudaria profundamente a correlação de forças políticas internas, principalmente no Congresso.

Ainda não sabemos se a transição da bipolaridade para a multipolaridade na política internacional se processará de maneira pacífica ou, pelo contrário, violenta, como se apresenta agora na Europa. Essa transição também acirra conflitos de interesses entre as grandes potências e as principais nações emergentes. Desde a Segunda Grande Guerra, os conflitos armados foram regionais ou étnicos, mas a guerra da Ucrânia adquire outra dimensão, está sendo comparada pelos países da Otan à ocupação dos Sudetos (cadeia de montanhas situada entre a Polônia, a antiga Tchecoslováquia e a Alemanha) pelas tropas de Hitler. Ao assinar o Acordo de Munique, a França e o Reino Unido chocaram o ovo da serpente da expansão nazifascista.